



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 046/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00038 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Orçamento e Gestão

UNIDADE: São Paulo Previdência - SPPREV

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de informações acerca de aposentadoria por invalidez de servidores da Polícia Civil, nos últimos cinco anos. Informação inexistente. Não provimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 046/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à São Paulo Previdência - SPPREV, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão forneceu parte da informação solicitada e informou que não possui o CID registrado em sua base de dados. Em recurso o órgão reiterou que não detém o registro do CID e sugeriu que o interessado tentasse buscar as informações junto à Polícia Militar. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário o Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso concreto em análise, o órgão atendeu parcialmente o pedido do interessado, disponibilizando as informações que dispunha, oportunidade em que informou a impossibilidade material de se atender ao pedido por completo, uma vez que o ente não possui o registro solicitado em seu banco de dados.
4. O atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista, desta forma a declaração de inexistência da informação é considerada resposta satisfatória para fins de Lei de Acesso à Informação. Nesse sentido, cumpre observar que a Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Governo Federal - CRMI - consolidou o entendimento de que *"a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa"* (Súmula CMRI nº 6, de 2015).
5. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme esposado no plano federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle: *"A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa-fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental."*

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

(Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”

6. Considerando que o órgão atendeu a demanda, parcialmente, fornecendo as informações que dispunha, oportunidade em que indicou as razões de fato para a recusa parcial da demanda, nos termos da legislação vigente, **conheço do recurso**, e no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, III, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 18 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público